

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/32770	34077/2025	Verificação e avaliação de situações de risco
Unidade Administrativa		
DF - [PD]		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		
Vereador - João Vasconcelos Barros Rodrigues		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 34077/2025

Local: Avenida de São Tiago, n.º 13, Lugar de Loural, Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra

Assunto: Obras de conservação – Imóvel

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, propõe-se:

1. A notificação aos proprietários e sua mandatária, do imóvel em apreço, nos seguintes termos:
 - De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções



que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.

- No âmbito de uma vistoria efetuada ao local em apreço, realizada por técnicos deste Município, nos termos da legislação atrás referida, foi elaborado Auto de Vistoria, de 02 /10/2025, cuja cópia segue sob “Anexo I”.
- Dado o estado em que se encontra o imóvel em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas nos pontos 5.1, 5.2 e 5.3 do auto de vistoria atrás mencionado, pelo que, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual
- Findo o prazo, sem que V. Exas se pronunciem, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Exª.
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.
- Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença
- Alerta-se V. Exª para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

2. Aos proprietários do n.º 17 deverá ser elaborada comunicação, com conhecimento da Junta de Freguesia, nos seguintes termos:

Em sequência da exposição de V. Exª, foi realizada, pelo Município, vistoria ao local em apreço, nos termos da legislação o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e elaborado o respetivo auto.

- Dado o estado em que se encontra o imóvel em questão, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, elencadas no referido auto de vistoria atrás mencionado, dispondo o seu proprietário do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual
- Findo o prazo, sem haja pronúncia, presume-se a aceitação do projeto de decisão, que se converterá automaticamente em decisão final, dispondo o proprietário, a partir daí,



do prazo de 45 (quarenta e cinco), para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas daquele.

- O proprietário do imóvel foi, ainda, alertado para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

· Mais se informa, V. Ex^a, que as questões de eventuais infiltrações oriundas do prédio em análise, são do foro privado e devem ser dirimidas entre as partes, se necessário com recurso às entidades próprias.

· No âmbito dos artigos 89º e 90º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na sua redação atual, podem os interessados solicitar, neste Município, a realização de uma vistoria técnica, devendo, para tal, dirigirem-se ao Balcão Único deste Município, procedendo também ao pagamento da respetiva taxa, de acordo com o previsto na Tabela de Taxas e Licenças Municipais.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

